

O abastecimento de água no Brasil: uma prospecção bibliográfica no âmbito da historiografia

Water supply in Brazil: a bibliographic search within the scope of historiography

Fabiano Quadros Rückert



<https://orcid.org/0000-0002-0887-5851>

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Resumo: O artigo apresenta o resultado de um estudo bibliográfico sobre a história do abastecimento de água no Brasil. Partindo de um conjunto de doze textos (dez dissertações e duas teses) procedentes de Programas de Pós-Graduação em História, o artigo identifica aspectos relevantes para a construção de um conhecimento histórico sobre o tema; analisa procedimentos metodológicos presentes nas obras e trata das fontes documentais usadas pelos historiadores que elegeram o abastecimento de água como objeto das suas investigações. Os critérios aplicados para a seleção da bibliografia, as prioridades definidas e as limitações da abordagem adotada são descritos na Introdução do artigo. Posteriormente, a segunda seção apresenta um panorama da historiografia do abastecimento de água no Brasil com ênfase nas fontes documentais pesquisadas pelos historiadores. Na sequência, a terceira seção concede uma especial atenção para as escalas espaciais e a quarta trata dos recortes cronológicos presentes no conjunto dos textos acadêmicos selecionados.

Palavras-chave: História. Abastecimento de água. Brasil. Historiografia.

Abstract: The article presents the result of a bibliographic study on the history of water supply in Brazil. Starting from a set of twelve texts (ten dissertations and two theses) from Postgraduate Programs in History, the article identifies relevant aspects for the construction of historical knowledge on the theme; analyzes methodological procedures and documentary sources used by historians who choose or supply water as the object of their investigations. The criteria applied for the selection of the bibliography, the defined priorities and the limitations of the adopted approach are described in the Introduction of the article. Subsequently, the second section presents an overview of the historiography of water supply in Brazil with an emphasis on documentary sources researched by historians. Subsequently, the third section pays special attention to spatial scales and the fourth deals with the chronological cuts present in the set of selected academic texts.

Keywords: History. Water Supply. Brazil. Historiography.

Introdução

A palavra prospecção pertence ao campo epistemológico da Geologia e diz respeito à coleta de amostras para análise da composição do solo. O ato de prospectar é pré-requisito para a criação de unidades amostrais, a partir das quais a interpretação de fenômenos geológicos e a classificação da composição química e mineral do solo podem ser formuladas e aceitas dentro de parâmetros científicos.

Neste artigo, a palavra prospecção será deslocada do seu campo científico original para ser aplicada na coleta e análise de dados sobre a história do abastecimento de água no Brasil. No enunciado do título optamos pela expressão *prospecção bibliográfica* porque entendemos que ela corresponde ao objetivo do artigo que consiste em interpretar uma realidade mais ampla a partir de um conjunto de unidades amostrais. A unidade mais ampla corresponde ao conhecimento histórico existente sobre o abastecimento de água no Brasil, e o conjunto de unidades amostrais corresponde



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

às dissertações e teses produzidas pela historiografia brasileira a respeito do respectivo tema.

Diante da inviabilidade de analisar, no espaço de um artigo, todas as pesquisas que abordam a historicidade do uso das águas, foi necessário delimitar o conjunto de unidades amostrais às dissertações e teses produzidas em Programas de Pós-Graduação em História no Brasil e disponíveis para consulta online. Esta delimitação implicou na exclusão de outras tipologias textuais (como artigos, monografias, capítulos de livros e resenhas) e, simultaneamente, eliminou a possibilidade de análise dos estudos procedentes da Geografia, do Urbanismo e da Engenharia Sanitária – áreas acadêmicas que produzem importantes pesquisas sobre o abastecimento de água. Dentro deste escopo, o que propomos é uma abordagem centrada na historiografia brasileira, e, mais especificamente, nas dissertações e teses.

O objetivo principal da pesquisa que originou este artigo foi a construção de um panorama sobre metodologias, fontes documentais e cronologias recorrentes nos estudos realizados por historiadores que elegeram o abastecimento de água como objeto de pesquisa. Acreditamos que, a partir deste panorama, será possível identificar semelhanças e particularidades no conjunto amostral, localizar eventuais lacunas, apontar tendências e oferecer subsídios para fomentar discussões no âmbito da historiografia.

Metodologicamente, a pesquisa realizada foi do tipo descritiva-exploratória. Ela é descritiva porque busca identificar e descrever características gerais do fenômeno (GIL, 1989) e também é exploratória porque pretende reunir elementos para refinar o entendimento do respectivo fenômeno (COOPER; SCHINDLER, 2003, p. 222). Cabe ressaltar que não pretendemos atribuir valor qualitativo para as dissertações e teses consultadas. O que nos interessa são os procedimentos usados pelos historiadores brasileiros que abordam o abastecimento de água em suas pesquisas e os recortes temáticos e cronológicos usados nas suas construções textuais.

O ponto de partida da *prospecção bibliográfica* foi a consulta na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da CAPES. Neste banco de dados, usamos os filtros “abastecimento de água” e “história”. O resultado foi um conjunto de 25 trabalhos procedentes de diferentes áreas acadêmicas. Visando compor uma amostra com pesquisas procedentes exclusivamente da área de História, eliminamos todas as dissertações e teses que não procediam de Programas de Pós-Graduação em História. Feito esse procedimento, restaram 4 pesquisas: 3 dissertações e 1 tese. Cientes de que uma amostra composta por apenas quatro unidades seria frágil e insuficiente para os objetivos da pesquisa, adotamos outro procedimento de busca. Inserimos no *Google* o nome Denise Bernuzzi de Sant’Anna – historiadora brasileira que escreveu uma obra de referência sobre o uso das águas na São Paulo do século XIX¹ e, a partir das citações do seu nome em trabalhos acadêmicos, localizamos outras dissertações e teses que se enquadravam no escopo temático pré-fixado. A amostra final foi completada com a consulta no banco de dados da revista espanhola *Agua y Territorio* – periódico que regularmente publica textos de pesquisadores brasileiros que abordam uso das águas nos seus aspectos históricos, econômicos e socioambientais.²

O resultado dos procedimentos descritos acima foi a seleção de um conjunto de 12 trabalhos, todos procedentes de Programas de Pós-Graduação em História, sendo o citado conjunto composto de 10 dissertações e 2 teses. A primeira pesquisa identificada data de 2005, e a mais recente data de 2018. Na sequência do artigo as dissertações e teses selecionadas serão

¹ O livro de Denise Bernuzzi de Sant’Anna, intitulado “Cidade das águas. Usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)”, é provavelmente, o estudo mais conhecido e mais citado entre os historiadores que abordam o tema do abastecimento de água no Brasil. No respectivo livro, Sant’Anna (2007) explora mudanças na percepção e no uso das águas ocorridas na sociedade paulista no decorrer do século XIX, aborda as relações entre urbanização e o aumento na demanda por água potável e explora a crescente preocupação sanitária que marcou as discussões e ações do poder público no âmbito do abastecimento de água.

² A consulta no banco de dados da revista *Agua y Territorio* foi feita em três etapas: primeiro identificamos os artigos que abordavam o uso das águas no Brasil sem a especificação temática; depois excluímos os que não tratavam do abastecimento de água; e na terceira etapa consultamos as referências bibliográficas do grupo de artigos selecionados pela triagem anterior.

analisadas a partir de três variáveis. São elas: (1) as escalas espaciais contempladas; (2) a tipologia das fontes documentais consultadas, e (3) os recortes cronológicos usados pelos pesquisadores.

As escalas espaciais da historiografia do abastecimento de água no Brasil

O conjunto de 12 textos selecionados é composto, na sua maior parte, por pesquisas que abordam o abastecimento de água a partir de microescalas espaciais. Isso significa dizer que o conhecimento histórico existente se encontra fragmentado e que as narrativas produzidas pelos historiadores brasileiros sobre o uso das águas não podem ser generalizadas porque são produtos de pesquisas locais, geralmente restritas a uma determinada cidade. Os dados apresentados no Quadro 1 permitem a identificação das localidades contempladas pelas pesquisas que resultaram nas dissertações e teses selecionadas.

Quadro 1: referências espaciais contempladas pelas pesquisas

Autor/ano	Localidade contemplada	Macrorregião/procedência
Barreto, 2005	Cuiabá (capital do Mato Grosso)	Centro Oeste
Cordeiro, 2008	Curitiba (capital do Paraná)	Sul
Souza, 2013	Campina Grande (interior da Paraíba)	Nordeste
Machado de Almeida, 2010	Rio de Janeiro (capital do Rio de Janeiro)	Sudeste
Tedeschi, 2011	Mariana (interior de Minas Gerais)	Sudeste
Advíncula, 2009	Parayba do Norte (atual João Pessoa, capital da Paraíba)	Nordeste
Mesquita, 2013	Belo Horizonte (capital de Minas Gerais)	Sudeste
Klauck, 2018	Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis, capital de Santa Catarina)	Sul
Peixoto, 2015	“comunidade de Feiticeiros” (atual cidade de Jaguaribe, no interior do Ceará)	Nordeste
Diniz, 2014	Aracati (interior do Ceará)	Nordeste
Neto, 2015	Fortaleza (capital do Ceará)	Nordeste
Rocha de Almeida, 2010	Belém (capital do Pará)	Norte

Fonte: elaborado pelo autor

Os dados apresentados acima comportam uma distinção entre pesquisas que abordam a história do abastecimento nas capitais e pesquisas que abordam o mesmo tema nas cidades do interior. Constam no Quadro 1 oito capitais e quatro cidades do interior. Quando confrontamos esses números com a organização política/territorial do Brasil, observamos que as cidades do interior estão sub-representadas no conjunto de pesquisas. Atualmente existem 5.570 municípios no Brasil, 26 capitais estaduais e um Distrito Federal – sede da capital nacional. Subtraindo as capitais estaduais, restam 5.544 municípios que se enquadram na categoria cidade do interior, e, destes, apenas quatro estão contemplados no conjunto de trabalhos historiográficos selecionado. Dos quatro municípios do interior listados no Quadro 1, somente Campina Grande (PB)³ apresenta uma população compatível com a categoria de município de grande porte. As outras três localidades do interior do Brasil – Mariana (MG), Aracati (CE) e Jaguaribe (CE) – apresentam um perfil demográfico que se enquadra na categoria de municípios de pequeno porte.⁴

Os dados do Quadro 1 indicam que as pesquisas sobre a história do abastecimento de água em cidades do interior do Brasil, sejam estas de grande, pequeno ou médio porte, ainda são incipientes e precisam ser intensificadas. Observando o atual “estado da arte” e, sem perdermos de vista que o conhecimento histórico não é monopólio dos historiadores acadêmicos, podemos afirmar

³ Segundo os dados do IBGE, referentes ao ano de 2018, a população de Campina Grande foi estimada em 407.472 habitantes.

⁴ Segundo os dados do IBGE, referentes ao ano de 2019, a população da cidade de Mariana (MG) era de 60.724 habitantes; a de Aracati (CE) era de 74.457; e a de Jaguaribe (CE) era de 34.682.

que existe a necessidade de novas pesquisas sobre as experiências de modernização das redes de captação e distribuição de água no Brasil, sobretudo nos municípios do interior.

Dentro da variável escalas espaciais da historiografia do abastecimento de água no Brasil, consideramos pertinente apontar algumas considerações sobre a procedência das pesquisas com base nas 5 macrorregiões que formam o território nacional. Como consta no Quadro 1, os textos selecionados pela prospecção bibliográfica procedem das seguintes macrorregiões: 1 do Norte, 1 do Centro Oeste, 2 do Sul, 3 do Sudeste e 5 do Nordeste. Confrontando esses números com os dados do IBGE, constatamos que a procedência dos trabalhos apresenta similaridade com o padrão demográfico do Brasil que possui no Nordeste a macrorregião mais populosa, seguido do Sudeste e do Sul. Contudo, considerando que as macrorregiões Sul e Sudeste concentram a maior parte das Universidades do Brasil e possuem uma rede de Pós-Graduação mais ampla,⁵ a maior representatividade de pesquisas procedentes da macrorregião Nordeste é um aspecto interessante no conjunto de pesquisas analisado. Cogitamos a hipótese de que os fatores climáticos (a existência do Semiárido e o fenômeno das secas) influenciem no interesse dos historiadores da macrorregião Nordeste pelo tema do abastecimento de água. Outra hipótese que apontamos diz respeito a existência de Programas de Pós-Graduação em História que apresentam maior compatibilidade com a questão das águas, como é o caso do PPGH da Universidade Federal da Paraíba que possui uma Linha de Pesquisa em História Regional; e o caso PPGH da Universidade Federal de Santa Catarina que possui uma Linha de Pesquisa em História Ambiental.⁶ Entretanto, ressaltamos a necessidade de estudos mais aprofundados para confirmar ou refutar a validade das duas hipóteses.

No que concerne a pouca representatividade das macrorregiões Norte e Centro Oeste no conjunto dos 12 textos, acreditamos que ela pode ser explicada pela baixa densidade demográfica que estas regiões apresentam ou pelo fato de que existem poucos Programas de Pós-Graduação em História nas unidades federais do Norte e do Centro Oeste. No entanto, a baixa densidade demográfica ou o reduzido número de Programas de Pós-Graduação em História não impede a identificação de particularidades no abastecimento de água no Norte e no Centro Oeste que demandam maior atenção dos historiadores. Dentre as particularidades, apontamos (i) a existência de núcleos urbanos planejados que surgiram providos de sistemas modernos de abastecimento de água, como é o caso de Brasília, Goiânia e Palmas; (ii) o acentuado déficit sanitário registrado nas regiões metropolitanas de Belém e Manaus; (iii) o expressivo crescimento de cidades de médio porte como Anápolis (GO), Três Lagoas (MS), Rondonópolis (MT) e Dourados (MS), dentre outras; (iv) a existência de diversas comunidades rurais desprovidas de água potável, e (v) a experiência da gestão privada do serviço de abastecimento de água em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul. Os exemplos apontados evidenciam que a escrita da história do abastecimento de água nas macrorregiões Centro Oeste e Norte ainda está nas suas páginas iniciais.

Sem desconsiderarmos a importância das diferenças macrorregionais, ressaltamos que em todas as cinco macrorregiões observou-se o predomínio de pesquisas que abordam o abastecimento de água no âmbito das municipalidades. Acreditamos que este aspecto pode ser interpretado como um indicativo de que a historiografia brasileira encontra dificuldades para produzir estudos sobre o uso das águas que superem o espaço territorial das cidades. Uma parte destas dificuldades decorre do ordenamento jurídico brasileiro que tanto no Império, quanto na República, atribuiu aos municípios a competência para a gestão do abastecimento de água. Como

⁵ Em 2013 a Rede Emancipa – Movimento Social de Educação Popular – realizou um estudo sobre a situação do Ensino Superior no Brasil. O estudo constatou que, naquele ano, existiam 200 instituições classificadas como Universidades e, desta totalidade, 85 estavam localizadas na Macrorregião Sudeste e 47 na Macrorregião Sul. Disponível em: <https://redeemancipa.org.br/2013/>

⁶ Do conjunto total da amostra (composto por 12 unidades), 2 procedem do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (Linha de Pesquisa em História Regional) e 3 procedem do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (Linha de Pesquisa em História Ambiental).

consequência desse ordenamento, a ocorrência de conjunturas nacionais favoráveis ou desfavoráveis para investimentos no abastecimento de água não anula o fato de que o ritmo de expansão das redes, o custo da água potável e a própria eficiência (ou ineficiência) do serviço de captação/tratamento e distribuição sempre foram variáveis influenciadas por prioridades políticas e orçamentárias definidas pelas municipalidades.

No decorrer do século XX observou-se um expressivo crescimento da participação da União Federal e dos governos estaduais na promoção do abastecimento de água. Contudo, esse crescimento coexistiu com a competência jurídica dos municípios para gerenciar a prestação e a cobrança do serviço (PEIXOTO, 1994 e REZENDE; HELLER, 2002). Na prática, o que ocorreu no Brasil, sobretudo na segunda metade do século passado, foi o desenvolvimento de uma política de cooperação entre as três esferas da administração pública (municípios, estados e União Federal) visando à ampliação da oferta de água potável e à eficiência na gestão deste serviço (BARROSO, 2002; LAHOZ, 2016).

Fontes documentais e a historiografia do abastecimento de água no Brasil

Das considerações sobre as escalas espaciais das pesquisas selecionadas pela *prospecção bibliográfica* passamos, nesta seção do artigo, para uma análise sobre as fontes documentais consultadas pelas respectivas pesquisas. Considerando o critério de procedência, as fontes documentais podem ser agrupadas nas seguintes categorias: (1) documentos produzidos pelas municipalidades; (2) documentos régios; (3) documentos produzidos pela administração pública provincial e/ou estadual; (4) documentos produzidos pelo governo nacional; (5) relatos de viagens e livros de memorialistas; (6) projetos de engenheiros e arquitetos; (7) imprensa; (8) fontes orais; (9) e inventários.

Antes de avançarmos para a observação da recorrência das categorias supramencionadas, importa ressaltarmos que, a viabilidade de análise da produção historiográfica a partir da tipologia das fontes documentais, implica em reconhecermos que pesquisas produzidas em Cursos de Pós-Graduação em História podem ser baseadas num único tipo de fonte documental ou podem explorar a articulação entre diferentes tipos de fontes.

No ofício historiográfico, articulação de diferentes fontes documentais é um procedimento recorrente, e, a priori, ela não é atributo de maior ou menor qualidade da pesquisa. Geralmente, a articulação – também chamada de cruzamento de fontes – é feita para ampliar a possibilidade de interpretação dos fatos e processos históricos. Vejamos sete exemplos de articulação de fontes documentais distintas pela procedência no conjunto de pesquisas apresentado no **Quadro 1**. São eles: a dissertação de Barreto (2005); a dissertação de Cordeiro (2008); a tese de Rocha de Almeida (2010); a dissertação de Peixoto (2015); a tese de Neto (2015); a dissertação de Mesquita (2013) e a dissertação de Diniz (2014).

A pesquisa de Barreto (2005) sobre o uso das águas na cidade de Cuiabá (MT) é a mais antiga da série. O foco da dissertação foi direcionado para as ações do poder público que influenciavam na oferta e na qualidade das águas consumidas em Cuiabá no período entre 1790 e 1886. Para desenvolver sua pesquisa, Barreto consultou documentos que, de acordo com a classificação adotada, se enquadram nas categorias (1), (3), (7) e (9). A diversidade de fontes documentais consultadas e o interesse da autora pela presença das águas no cotidiano da cidade resultaram num trabalho que poderia ser classificado como uma história social do uso das águas em Cuiabá – trabalho que, ressaltamos, foi pioneiro no âmbito dos cursos de Pós-Graduação em História no Brasil.

Três anos depois de Barreto defender sua dissertação, Cordeiro (2008) concluiu uma pesquisa sobre a história do uso dos mananciais da Serra do Mar para o abastecimento de Curitiba, capital do Paraná. Para construir uma narrativa sobre os primórdios da captação nesses mananciais, a autora explorou relatos de viajantes que percorreram a região no final do século XIX

– documentos que enquadrámos na categoria (4); consultou ofícios, leis, relatórios de obras e discursos políticos produzidos pelo governo estadual – documentos que enquadrámos na categoria (3) e também estudou projetos de engenharia – tipologia documental enquadrada na categoria (6).

Na sua tese sobre as águas na cidade de Belém, Rocha de Almeida (2010) investigou diferentes tipos de relações estabelecidas entre a sociedade e as águas no cotidiano da capital do Pará, no século XIX. Dentro de um contexto marcado pelo rápido crescimento demográfico e pela riqueza gerada pela extração e comercialização do látex, Belém iniciou sua experiência de modernização de captação e distribuição de água potável com equipamentos e técnicas importados da Europa. E, para construir uma narrativa histórica sobre esta experiência de modernização do abastecimento de água na capital paraense, Rocha de Almeida dedicou uma especial atenção para documentos que se enquadram nas categorias (3) e (4). O cruzamento de documentos procedentes do governo provincial com relatos de viajantes perpassa toda tese. Na documentação da categoria (3) a autora buscou informações para compreender as discussões e estratégias políticas que transformaram o abastecimento de água na Belém imperial. E, na documentação da categoria (4), buscou informações a respeito de temas como paisagem, práticas de sociabilidade, condições de moradia e hábitos de higiene da população local. Neste sentido, importa ressaltar que a tese de Rocha de Almeida aborda a política do abastecimento de água, e, ao mesmo tempo, contempla mudanças no comportamento da sociedade diante das novas técnicas de captação, distribuição e consumo da água no ambiente urbano de Belém.

A dissertação de Peixoto (2015) sobre a construção de obras contra a seca na localidade de Feiticeiro (atual município de Jaguaribe – CE), no que diz respeito ao tema, representa um caso singular no conjunto da pesquisa. Sua singularidade incide no fato de ser a única pesquisa da amostra que abordou o enfrentamento da seca. Neste sentido, o texto de Peixoto possui alta relevância para o conhecimento histórico das relações entre o ambiente e os grupos humanos residentes no Semiárido nordestino. No que concerne ao uso de fontes documentais, Peixoto trabalhou com documentos técnicos da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS); consultou a imprensa e explorou fontes orais. Os documentos de órgãos federais se enquadram na categoria (4), a imprensa corresponde à categoria (7) e as fontes orais correspondem à categoria (8).

A tese de Neto (2015) explorou as percepções sociais construídas a respeito das águas e os seus múltiplos usos na cidade de Fortaleza, capital do Ceará, no período entre 1856 e 1926. No seu texto predominam documentos que se enquadram na categoria (4), ou seja, predominam livros de memórias, relatos de viagens e crônicas.⁷ O autor também consultou documentos da categoria (6) para coletar informações sobre práticas de uso das águas anteriores à implantação do sistema de abastecimento em rede. Um dos aspectos mais interessantes na pesquisa de Neto é a distinção entre as águas desejadas – necessárias para saciar a sede da população e assegurar a manutenção da higiene – e as águas poluídas que prejudicavam a salubridade urbana.

Mesquita (2013) consultou documentos da administração municipal de Belo Horizonte para analisar a política de saneamento na capital mineira no período entre 1948 e 1973. O autor também consultou a imprensa e fez uso de fontes orais. A dissertação explorou documentos que se enquadram nas categorias (1), (7) e (8). Na concepção de saneamento adotada por Mesquita, as obras para o abastecimento de água, coleta de esgoto e drenagem urbana se configuram como parte das intervenções antrópicas no ambiente, e, conseqüentemente, podem ser analisadas sob o prisma da História Ambiental, na medida em influenciam nas representações sobre a natureza e a urbanização. O autor abordou temas como a canalização dos córregos de Belo Horizonte, as

⁷ É importante ressaltar que Neto também classificou as obras de literatura como fonte documental, e, ao fazer isso, pode buscar elementos para sua narrativa histórica em romances como “A normalista” (CAMINHA, 1893); “A afilhada” (PAIVA, 1899) e “O Quinze” (QUEIROZ, 1930). Considerando que o uso de romances como fonte documental foi uma exceção no conjunto de pesquisas históricas que estamos analisando, optamos por manter a categoria (4) restrita aos relatos de viajantes e livros de memorialistas.

enchentes, a poluição hídrica e a insuficiência na oferta de água potável; e, dentro deste escopo mais amplo, ressaltou a existência de uma relação entre o populismo e as obras para ampliar a oferta de água potável realizadas na capital mineira entre 1948 e 1973.

A relação entre abastecimento de água e História Ambiental observada na dissertação de Mesquita também está presente na dissertação de Diniz (2014). Dialogando com a História Ambiental, Diniz pesquisou as percepções da natureza em Aracati (CE) e Lüderitz (Namíbia). Apesar de pertencerem a continentes distintos (América e África), as duas localidades possuíam em comum o fato serem cidades portuárias criadas em regiões de clima árido e com poucos recursos hídricos superficiais. A pesquisa realizada por Diniz é um interessante exemplo das potencialidades da comparação histórica, e, ao mesmo tempo, é um produto historiográfico que se enquadra na nossa prospecção bibliográfica, sobretudo pelas informações que apresenta a respeito do abastecimento de água em Aracati na primeira metade do século XIX. No que tange às fontes documentais consultadas, Diniz trabalhou com as categorias (5) – relatos de viagens; (3) – documentos da administração provincial; (1) documentos produzidos pela municipalidade e (7) – imprensa.⁸

Nos exemplos de pesquisa que apresentamos nos parágrafos anteriores, seria incorreto atribuir maior valor para uma ou outra categoria de fonte documental. No entanto, em determinadas pesquisas ocorre justamente o inverso e a narrativa histórica produzida pelo historiador ganha forma a partir de um tipo específico de fonte documental. No Quadro 1 constam três exemplos: a dissertação de Tedeschi (2011), a dissertação de Klauck (2018) e a dissertação de Souza (2013), todas centradas na categoria documental (1), ou seja, na documentação procedente da administração pública municipal. Consideramos pertinente esclarecer que na respectiva categoria se enquadram peças documentais como Códigos de Posturas, Atas, Editais, Autos de Arrematação, Notificações, Ofícios, Decretos, Livros de Receitas e Despesas e Relatórios, dentre outros.

Tedeschi pesquisou o trabalho da Câmara Municipal de Mariana (MG) na gestão das “águas urbanas” durante o século XVIII e apresentou um detalhado estudo sobre os procedimentos adotados pela municipalidade para ampliar a oferta de água potável, conter as inundações que atingiam o perímetro urbano e interferir em litígios de particulares decorrentes da disputa pelo acesso aos mananciais. A pesquisa de Tedeschi, apesar de centrada na documentação produzida pela municipalidade de Mariana no período de 1745-1798, também explorou outras fontes documentais. Na intenção de compreender a relação entre as águas, a sociedade e a configuração do espaço urbano, a autora pesquisou no Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal e coletou uma série de documentos régios relacionados ao uso das águas no Brasil colonial e, particularmente, na cidade de Mariana.⁹ Neste aspecto, importa ressaltarmos que no conjunto de 12 textos acadêmicos apontados no Quadro 1, a dissertação de Tedeschi é a única que aborda o abastecimento de água no Brasil colonial.

Klauck, por sua vez, abordou as ações da Câmara Municipal de Nossa Senhora do Desterro (atual cidade de Florianópolis – SC) voltadas para o abastecimento de água. Com base nos Livros de Receitas e Despesas da municipalidade, a autora contabilizou os investimentos feitos pela Câmara de Desterro para assegurar o abastecimento de água da população no período entre 1829 e 1889. Ela constatou que o volume de investimentos apresentou variações em determinados períodos, mas, no geral, foi baixo, ficando na média de 0,92% da despesa total da municipalidade (KLAUCK, 2018, p. 107). A mesma Câmara Municipal que investia poucos recursos em obras para o abastecimento de água da população atuou no sentido de coibir – via Posturas, fiscalização e multas – práticas nocivas à qualidade das águas, e, gradualmente, intensificou o controle sobre o

⁸ Cabe ressaltar que nesse apontamento sobre as fontes documentais consultadas por Diniz não estão incluídos os documentos que dizem respeito à paisagem e ao abastecimento de água na cidade africana de Lüderitz.

⁹ Sob o ponto de vista da procedência, as peças documentais coletadas por Tedeschi, em Portugal, se enquadram na categoria (2), ou seja, são documentos régios ou relacionados à administração régia.

trabalho dos aguadeiros.

A relação entre modernização urbana e abastecimento de água também está presente na pesquisa de Souza (2013). Nesta, a maior parte dos documentos consultados procedem da categoria (7) e a cidade investigada foi Campina Grande (Paraíba). Com o auxílio de textos e fotografias publicadas nos jornais da época, o autor abordou a crise hídrica que atingiu a cidade paraibana na década de 1950, tratou da preocupação sanitária e explorou as discussões e estratégias políticas que resultaram na construção do “Açude de Boqueirão de Cabaceiras” e do novo sistema adutor, inaugurado em 1958. Apesar de fazer da imprensa sua principal fonte documental, Souza também consultou um amplo volume de documentos que se enquadram na categoria (4), ou seja, na categoria de documentos procedentes do governo nacional. Neste aspecto, a consulta realizada pelo autor no Arquivo Técnico do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) possibilitou uma abordagem sobre a participação do governo federal nos projetos e obras que viabilizaram a modernização do abastecimento de água em Campina Grande.¹⁰ No Arquivo Técnico do DNOCS o autor localizou documentos como abaixo assinados da população local reivindicando água potável e “relatórios de técnicos e engenheiros, devidamente arquivados em livros de registros, livros de ofícios, atas, balanços financeiros, solicitação de compra de mercadorias, relatos de viagens, correspondências.” (SOUZA, 2013, p. 35-36).

De todas as pesquisas apontadas no Quadro 1, somente uma faz da categoria documental (4) o eixo central da sua construção. Esta exceção no conjunto é representada pela dissertação de Machado de Almeida (2010) que trata do abastecimento de água no Rio de Janeiro Imperial. Com base na pesquisa deste autor sabemos que o planejamento e a execução de obras para prover a Corte de água potável foram incumbências do Ministério da Agricultura e Obras Públicas, e, conseqüentemente, a documentação consultada procede, na sua maior parte, das repartições administrativas do governo Imperial. Juridicamente, o sistema de abastecimento de água na Corte estava sob controle do governo, mas a rede de captação e distribuição contemplava interesses públicos e privados. Na prática, o poder público realizava investimentos canalizando fontes e construindo bicas e chafarizes e, ao mesmo tempo, permitia que os proprietários de imóveis construíssem suas próprias obras de captação – opção acessível para poucos – e arrendava penas de água para os que pagassem o valor exigido. Nestas condições, a rede de água potável no Rio de Janeiro desenvolveu-se de forma assimétrica, atendendo com maior regularidade determinadas freguesias em detrimento de outras (MACHADO DE ALMEIDA, 2010, p. 48).

A dissertação de Advíncula (2009) aborda a modernização do saneamento em Parahyba do Norte (capital do estado da Paraíba durante a Primeira República).¹¹ Nessa cidade, a crescente preocupação de médicos e engenheiros com a higiene e a salubridade urbana fomentou discussões a respeito da necessidade de obras para o abastecimento de água e para coleta de esgoto. A autora priorizou documentos da categoria (7), embora também tenha consultado peças documentais que se enquadram nas categorias (3) e (6). Advíncula dissertou sobre três aspectos do saneamento que são distintos, porém interligados. São eles: o abastecimento de água; a coleta e descarte do esgoto e a coleta do lixo.¹² Para as autoridades políticas e para os profissionais da medicina e da engenharia que participaram do projeto e obras de saneamento de Parahyba do Norte na Primeira República, estes três aspectos foram considerados requisitos para a modernização do espaço urbano, e, ao mesmo tempo, operacionalizados como medidas profiláticas que visavam modificar o precário quadro sanitário que a capital paraibana apresentava.

¹⁰ Segundo Souza (2015), o planejamento e a construção do “Açude de Boqueirão de Cabaceiras” e do novo sistema adutor, inaugurado em 1958, foi o resultado de uma parceria entre o governo estadual da Paraíba e o Governo Federal, e, nesta parceria, o DNOCS exerceu um papel relevante na condução dos aspectos técnicos das obras.

¹¹ Em 1930 o nome da capital do estado da Paraíba passou a ser João Pessoa.

¹² O terceiro capítulo da Dissertação de Advíncula trata da questão do lixo gerado pela população de Parahyba do Norte e também aborda a preocupação do poder público com a arborização urbana. Neste aspecto, a abordagem usada pela autora para tratar do saneamento apresenta originalidade, sobretudo se considerarmos que na legislação brasileira atual a política de saneamento contempla a coleta e descarte do lixo (hoje tecnicamente classificado como “resíduo sólido”).

Cronologias usadas na historiografia sobre o abastecimento de água no Brasil

A escolha do recorte cronológico dentro do qual uma pesquisa histórica precisa se enquadrar é um dos procedimentos básicos do que Michel de Certeau chamou de “operação historiográfica” (CERTEAU, 2015). No ato da escolha do recorte cronológico, o historiador assume a sua condição de narrador e intérprete do passado, podendo fazer isto de forma implícita ou explícita, mas nunca de forma aleatória. No ofício historiográfico, a escolha do recorte cronológico é sempre consequência de um cálculo de variáveis, dentre as quais constam a preferência temática do pesquisador; sua inserção em redes de pesquisa; a tipologia das fontes documentais que pretende consultar; sua disponibilidade de tempo para coleta e análise dos documentos e as questões formuladas no momento inicial da pesquisa. Uma vez definido, o recorte cronológico opera como um dispositivo de inclusão e exclusão de fatos, temas e problemas. Neste sentido, o recorte cronológico oferece pistas sobre o que um historiador considera relevante no desenvolvimento da sua pesquisa.

No caso específico do conjunto de 12 trabalhos acadêmicos selecionados pela *prospecção bibliográfica* e analisados neste artigo, os recortes cronológicos aplicados foram classificados em quatro subgrupos apresentados no quadro abaixo.

Quadro 2: recortes cronológicos usados nas dissertações e teses consultadas

Autor/ano	Recorte cronológico da pesquisa	Subgrupo definido pelo recorte cronológico
Tedeschi, 2011.	1745-1798	Brasil Colonial
Barreto, 2005.	1790-1886	Transição da Colônia para o Império
Diniz, 2014	1808-1841	Transição da Colônia para o Império
Klauck, 2018.	“século XIX”	Império
Machado de Almeida, 2010.	1850-1889	Império
Rocha de Almeida, 2010.	“século XIX”	Império
Cordeiro, 2008.	1870-1929	Transição do Império para a República
Neto, 2015.	1856-1926	Transição do Império para a República
Mesquita, 2013.	1948-1973	Brasil Republicano
Advíncula, 2009.	1910-1926	Brasil Republicano
Peixoto, 2015.	1932-1942	Brasil Republicano
Souza, 2013.	1950-1958	Brasil Republicano

Fonte: elaboração do autor

O Quadro 2 está composto por 4 pesquisas que cronologicamente contemplam o Brasil Republicano; 2 que abordam o período de transição do Império para a República; 3 pesquisas focadas no período imperial, 1 que se enquadra no Brasil Colonial e 2 que abrangem a transição da Colônia para o Império. A classificação proposta indica um predomínio de pesquisas sobre a História do abastecimento de água na República, e, no sentido oposto, indica a baixa representatividade do período colonial no conjunto da amostra.

Tedeschi foi à única historiadora do grupo analisado que desenvolveu uma pesquisa cronologicamente centrada no Brasil Colonial. Pela leitura da sua dissertação, sabemos que o abastecimento de água era um assunto importante para a Câmara Municipal de Mariana, e sabemos também que o controle das “águas urbanas” gerou conflitos de interesses particulares que demandaram a intervenção do poder público.

A elevada importância alcançada pela cidade de Mariana no conjunto de núcleos urbanos formados durante o ciclo da mineração do século XVIII nos impede de generalizar os fatos pesquisados por Tedeschi para outras cidades do Brasil Colonial. No entanto, a pesquisa de Barreto (2005) sobre o abastecimento de água em Cuiabá na transição da Colônia para o Império nos permite identificar semelhanças e diferenças entre as duas cidades. A principal semelhança diz respeito ao interesse das Câmaras Municipais pela construção e conservação de bicas, fontes e

chafarizes – fato apontado pelas duas historiadoras. E a diferença mais expressiva incide no fato de que as duas cidades apresentaram temporalidades distintas no desenvolvimento das redes hidráulicas: Mariana realizou obras hidráulicas de grande porte no final do século XVIII e Cuiabá, por sua vez, protelou a execução de obras desse gênero para o século XIX.

Cronologicamente, a dissertação de Barreto (2005) se enquadra como uma pesquisa que contempla o abastecimento de água durante a transição da Colônia para o Império. E o mesmo enquadramento se aplica à dissertação de Diniz (2014). No entanto, importa ressaltarmos que Diniz trabalha com duas espacialidades e temporalidades distintas: uma parte da sua pesquisa trata do uso das águas na cidade de Aracati (CE) no período entre 1808 e 1841; e outra trata do uso das águas em Lüderitz (atual Namíbia)¹³ no período entre 1884 e 1914. Sem desconsiderar o exercício de comparação histórica construído na dissertação, destacamos dois elementos da abordagem desenvolvida por Diniz que dizem respeito à cidade de Aracati. São eles: (i) a preocupação das autoridades públicas com a oferta de água potável em Aracati, e (ii) o interesse de particulares (nacionais e estrangeiros) pela exploração comercial das águas.

Do conjunto de 12 trabalhos elencados no Quadro 2, as pesquisas de Machado de Almeida e Klauck são as únicas que se enquadram dentro dos limites cronológicos do Império (1822-1889). Os dois autores investigaram cidades com aspectos demográficos, econômicos e políticos distintos: Machado de Almeida concentrou-se no Rio de Janeiro, capital do Império; e Klauck, por sua vez, concentrou-se na cidade de Nossa Senhora do Desterro, capital da então Província de Santa Catarina. As diferenças de ordem natural entre os dois sítios urbanos (topografia e hidrografia) e a desproporcionalidade demográfica e econômica impedem uma comparação focada exclusivamente nos sistemas de abastecimento de água. Contudo, as duas dissertações apontam semelhanças entre o uso das águas nas cidades imperiais do Rio de Janeiro e de Nossa Senhora do Desterro. A primeira semelhança é a atuação do poder público no planejamento e execução de obras hidráulicas. O abastecimento de água era assunto de interesse público nas duas localidades, no entanto, a ideia de universalização do acesso à água potável não estava no horizonte de expectativa das municipalidades. A necessidade de ampliar a oferta do líquido era um assunto secundário e as autoridades políticas dedicavam maior atenção para questões como a manutenção da ordem social nas bicas, fontes e chafarizes e para o custo das obras hidráulicas voltadas para o abastecimento público. A segunda semelhança que observamos nessas duas cidades imperiais diz respeito ao transporte da água feito por escravos ou por comerciantes, os chamados aguadeiros. Isto nos permite afirmar que nas duas cidades coexistiam práticas antigas de captação e transporte de água e práticas modernas materializadas no fornecimento de água encanada mediante o pagamento pelo serviço.

Para o período de transição do Império para República, o Quadro 2 apresenta duas pesquisas que tratam do abastecimento de água, sendo uma delas focada na cidade de Curitiba (CORDEIRO, 2008) e outra focada na cidade de Fortaleza (NETO, 2015). Cronologicamente, a transição do Império para a República é reconhecidamente um período de expansão da rede urbana no Brasil. Dentro deste período podemos inserir a Primeira República e todo imaginário que ela produziu a respeito de um Brasil que pretendia ser moderno e convivia com problemas herdados do passado imperial (LESSA, 1988; CARVALHO, 1987, 2004). Sinais deste imaginário podem ser observados nas dissertações de Cordeiro e Neto. Nas duas pesquisas, a discussão sobre o abastecimento de água é permeada pela preocupação higienista e pela ideia de controle sobre os elementos naturais que influenciavam na salubridade urbana. No caso de Fortaleza, a sua condição de cidade portuária cercada por córregos e pântanos demandava, além de obras para ampliar a oferta de água potável, obras para eliminar as águas estagnadas e conter a força das chuvas. No caso de Curitiba, acreditava-se que o clima natural da cidade era saudável, mas havia uma

¹³ Lüderitz foi uma importante cidade portuária criada pelos alemães na então *Deutsche Südwest-Africa*. A cidade permaneceu sob controle dos alemães até o final da Primeira Guerra Mundial. Atualmente ela é parte da Namíbia.

crescente preocupação com a concentração demográfica estimulada pela imigração e com os problemas sanitários decorrentes da precariedade no abastecimento de água. Separadas por uma distância geográfica de aproximadamente 3.470 km, Curitiba e Fortaleza aspiravam à modernidade urbana, e no decorrer da década de 1920, ambas promoveram grandes obras de urbanização e ampliaram o fornecimento de água potável.

Dentro do enquadramento cronológico adotado nesta seção do artigo, quatro textos selecionados abordam o abastecimento de água na República, sendo que dois contemplam as primeiras décadas do regime republicano e dois contemplam o período pós-1945.

Sem a pretensão de condicionar nosso estudo aos marcos cronológicos habitualmente usados pela historiografia do Brasil republicano, consideramos pertinente abordar, ainda que de forma sucinta, o quadro histórico da Primeira República e a chamada “era Vargas”. Cabe a ressalva de que se trata de uma abordagem superficial e feita para subsidiar a compreensão das pesquisas realizadas por Advíncula (2009) e Peixoto (2015), ambas selecionadas pela nossa *prospecção bibliográfica*.

Existe um consenso de que a Primeira República foi um período de expressivo crescimento urbano, sobretudo no Rio de Janeiro e nas capitais estaduais. Autores como Kropf (1996) e Herschmann e Pereira (1994), dentre outros, ressaltam que o regime republicano fez da urbanização uma das suas prioridades. Considerando esse consenso, é surpreendente que nossa *prospecção bibliográfica* tenha localizado somente uma pesquisa que se enquadra nos marcos temporais da Primeira República. Essa pesquisa foi realizada por Advíncula (2009) e aborda as obras de saneamento na cidade Parahyba do Norte (atual João Pessoa) entre 1901 e 1926. A autora explorou as relações entre a salubridade urbana, oferta de água potável e redes de esgoto e dedicou uma atenção especial ao discurso higienista que concebia a cidade como corpo que necessitava de higiene. Na sua dissertação, Advíncula tratou da participação do engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito no processo de modernização do saneamento na capital da Paraíba e assegurou um merecido lugar para o patrono da engenharia sanitária brasileira na historiografia do abastecimento de água no Brasil.¹⁴

Quando a Primeira República chegou ao seu término, iniciou-se um processo de gradual centralização do poder político no âmbito da União Federal. O processo foi marcado, de um lado, pela projeção e pelo autoritarismo de Vargas na liderança nacional, e, do outro, pelo abandono do federalismo e pela gradual ampliação do poder público federal (PANDOLFI, 2007; LEOPOLDI, 2007; CAPELATO, 2007). No âmbito do saneamento, a centralização política promovida pelo governo Vargas resultou na ampliação dos investimentos federais para o abastecimento de água – fato que nos leva ao encontro do tema da dissertação de Peixoto (2015) que trata de uma das obras promovidas pela Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS).

A obra investigada por Peixoto foi realizada no interior do Ceará, na comunidade de Feiticeiro (atual município de Jaguaribe). Nessa localidade, durante a seca de 1932, iniciou-se a construção do Açude Joaquim Távora – obra concluída em setembro de 1933. A partir da história de uma obra de enfrentamento da seca, Peixoto abordou temas como as precárias condições de vida dos retirantes, o agravamento das tensões sociais no sertão cearense e a atuação da IFOCS na condução dos trabalhos de construção do açude. A pesquisa realizada por Peixoto sobre a construção do Açude Joaquim Távora na pequena comunidade de Feiticeiro oferece ao leitor pistas para o que podemos chamar de historiografia das secas no Nordeste.¹⁵

¹⁴ Francisco Saturnino Rodrigues de Brito formou-se em Engenharia Civil na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1886. Na condição de engenheiro, ele elaborou projetos de saneamento para 53 cidades brasileiras, dentre as quais estavam centros urbanos de expressiva importância econômica, como Recife, Santos, Campos de Goytacazes, Vitória, Rio Grande e Pelotas, dentre outros (RÜCKERT, 2017).

¹⁵ Uma historiografia da seca no Nordeste precisará um dia ser escrita. No decorrer das últimas, os historiadores produziram diversas pesquisas sobre o fenômeno da seca e sobre os seus impactos na sociedade nordestina. No entanto, existe a necessidade de uma síntese sobre estes estudos que geralmente abordam o fenômeno a partir de microescalas

O uso de uma importante obra hidráulica como eixo central para pesquisa histórica é um aspecto em comum entre a dissertação de Peixoto e a dissertação de Souza (2013) que trata do abastecimento de água na cidade de Campina Grande (Paraíba). Souza desenvolveu uma pesquisa sobre a construção do Açude de Boqueirão de Cabaceiras, realizada no período entre 1950 e 1958. Mais do que uma obra hidráulica necessária para ampliar a oferta de água potável, o Açude de Boqueirão de Cabaceiras foi representado no discurso de autoridades políticas e sanitárias como uma modernização urbana que se efetivou a partir da cooperação entre a municipalidade, o Estado da Paraíba e o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS).¹⁶

Das quatro dissertações que abordam o abastecimento de água no Brasil no período republicano, o texto de Mesquita (2013), sobre o saneamento em Belo Horizonte, entre 1948 e 1973, é o que mais avança no seu recorte cronológico. Nele, o autor trata do abastecimento de água na capital de Minas Gerais, mas não faz deste o tema principal da sua investigação. O interesse maior de Mesquita incide nas relações entre sociedade e o ambiente natural num contexto de desenvolvimentismo e metropolização.

Considerações finais

A *prospecção bibliográfica* sobre a história do abastecimento de água no Brasil apresentada neste estudo não abrange a totalidade do conhecimento histórico produzido nas Universidades a respeito do uso das águas para consumo humano. Intencionalmente, excluímos da nossa análise pesquisas procedentes de áreas que tradicionalmente investigam questões relacionadas ao abastecimento de água, como é o caso da Geografia, do Urbanismo, da Engenharia Sanitária e da Limnologia, dentre outras. O foco da *prospecção bibliográfica* foi direcionado para a História, e, mais especificamente, para as dissertações e teses procedentes de Programas de Pós-Graduação em História. Isto significa dizer que o conhecimento histórico sobre o abastecimento de água materializado na forma de artigos, capítulos de livros e monografias de Graduação ou Especialização não foi contemplado.

Condicionada aos critérios de inclusão e exclusão supramencionados, a *prospecção bibliográfica* resultou no conjunto de 10 dissertações e 2 teses produzidas entre 2005 e 2018. Deste conjunto, destacamos os seguintes elementos: (1) ênfase na atuação das municipalidades na implantação e expansão de sistemas de abastecimento de água; (2) experiências de cooperação entre as diferentes esferas do poder público; (3) ocorrência de conflitos entre interesses públicos e privados; (4) diversidade no uso de fontes documentais consultadas; (5) o uso de cidades como escalas espaciais de análise, com o predomínio para as cidades de grande porte; (6) relações entre urbanização, salubridade e abastecimento de água; (7) valorização das percepções sociais a respeito da eficiência – ou ineficiência – do serviço; (8) a coexistência de sistemas modernos de captação e distribuição com práticas antigas como a comércio de água em pipas e o uso de cisternas; (9) a disparidade na procedência regional das dissertações e teses; e (10) a inexistência de pesquisas sobre a história do abastecimento de água nas décadas finais do século XX.

Pensando na possibilidade de expansão das pesquisas, dentre os aspectos elencados acima, acreditamos que o item (10) demanda uma atenção especial. Como demonstramos no decorrer do artigo, a participação do governo nacional na promoção do abastecimento de água foi gradualmente ampliada durante o regime republicano. Parte desta ampliação foi contemplada pelo conjunto de dissertações e teses que analisamos. No entanto, o período mais intenso de atuação da União Federal no abastecimento de água, que corresponde ao hiato de tempo entre a implantação do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), em 1971, e a sua finalização, em 1986,

espaciais e de recortes cronológicos de pouca abrangência. Uma historiografia deste tipo precisará dialogar com autores como Albuquerque Júnior (1988), Rios (2001), Chaves (1995), Neves (2000) e Villa (2000), dentre outros.

¹⁶ Segundo Rezende e Heller (2002, p. 189), o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) foi criado em 1945 a partir de uma reformulação da antiga Inspeção Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS).

ainda não foi pesquisado pelos historiadores. Neste sentido, identificamos a existência de uma lacuna na historiografia do abastecimento de água no Brasil. Outra lacuna observada diz respeito ao estudo do patrimônio hidráulico brasileiro – tema que aparece de forma muito superficial no conjunto de dissertações e teses consultadas.

A identificação de lacunas e a incompletude do saber histórico sobre o abastecimento de água no Brasil não impede o reconhecimento de que existe uma tendência de crescimento do tema no âmbito da historiografia brasileira. E esperamos que a *prospecção bibliográfica* apresentada neste artigo possa contribuir para a continuidade deste crescimento.

Referências

ADVÍNCULA, Chyara Charlotte Bezerra. *Entre miasmas e micróbios: a instalação de redes de água e esgoto na cidade de Parahyba do Norte (PB) e outras medidas de salubridade – 1910/1926*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Falas de astúcia e angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema a solução (1877-1922)*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Estadual de Campinas, SP, 1988.

BARRETO, Neila Maria Souza. *Água: gota da vida. Abastecimento e uso no Espaço Urbano de Cuiabá (1790-1886)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2005.

BARROSO, Luís Roberto. Saneamento Básico: competências constitucionais da União, Estados e Municípios. *Revista de Informação Legislativa*, v. 38, n. 153, p. 255-270, jan./mar. 2002.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: DELGADO, Lucília de A. N.; FERREIRA, Jorge. (Orgs). *O Brasil Republicano*, V. II. O tempo do nacional-estatismo, do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 107-145.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. *Métodos de pesquisa em administração*. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CAMINHA, Adolfo. *A Normalista* [1893]. Fortaleza: ABC Editora, 2005.

CHAVES, José Olivenor Souza. *Fortaleza e os retirantes da seca de 1877-1879: o real de um imaginário dominante*. Dissertação de Mestrado em História, Recife, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CORDEIRO, Lorena de Pauli. *Uma História Ambiental dos mananciais da Serra do Mar: o abastecimento de água para Curitiba (1870-1929)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

DINIZ, José Nilo Bezerra. *Paisagens marginais: um estudo em perspectiva histórica de localidades portuárias no sertão brasileiro (1808-1851) e no deserto do sudoeste africano (1884-1914)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

HERSCHMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto M. (Orgs.). *A invenção do Brasil Moderno*.

- Medicina, educação e engenharia no Brasil dos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- KLAUCK, Aline Gabriela. *Água, fontes e aguadeiros: o abastecimento hídrico em Nossa Senhora do Desterro (século XIX)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- KROPF, Simone. Sonhos da razão, alegoria da ordem: o discurso dos engenheiros sobre a cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX. In: HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone; NUNES, Clarice (Orgs.). *Missionários do Progresso: Médicos, Engenheiros e Educadores no Rio de Janeiro (1870-1937)*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996, p. 69-155.
- LAHOZ, Rodrigo Augusto Lazzari. *Serviços Públicos de Saneamento Básico e Saúde Pública no Brasil*. São Paulo: Almedina, 2016.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: DELGADO, Lucilia de A. N.; FERREIRA, Jorge. (Orgs.). *O Brasil Republicano V. II. O tempo do nacional-estatismo, do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 241-287.
- LESSA, Renato. *A Invenção Republicana*. Rio de Janeiro. Vértice. 1988.
- MACHADO DE ALMEIDA, Gilmar. *A domesticação da água: os acessos e os usos da água na cidade do Rio de Janeiro entre 1850 a 1889*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- MESQUITA, Yuri Mello. *Jardim de asfalto: água, meio ambiente, canalização e as políticas públicas de saneamento básico em Belo Horizonte, 1948-1973*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- NETO, Emy Falcão Maia. *Cartografias da água: territorialidades, políticas e usos da água doce em Fortaleza (1856 – 1926)*. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.
- NEVES, Frederico de C. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: DELGADO, Lucilia de A. N.; FERREIRA, Jorge (Orgs.). *O Brasil Republicano V. II. O tempo do nacional-estatismo, do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 13-39.
- PEIXOTO, Aline Teixeira. *Do “fabuloso” à “realidade”: a comunidade de Feiticeiro no Ceará (1932-1942)*. Universidade Federal de Campina Grande, PB, Campina Grande, 2015.
- PEIXOTO, João Batista. *O barulho da água: os municípios e a gestão dos serviços de saneamento*. São Paulo: Água e Vida, 1994.
- QUEIROZ, Rachel de. *O Quinze*. 92. ed. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 2011.
- REZENDE, Sonaly Cristina; HELLER, Léo. *Saneamento no Brasil. Políticas e Interfaces*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- RIOS, Kênia S. *Campos de Concentração: Isolamento e Poder na seca de 1932*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2001.
- ROCHA DE ALMEIDA, Conceição Maria. *As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza*

e cultura material no século XIX. Tese de Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, São Paulo, 2010.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. Saturnino de Brito e a *modernização do abastecimento de água* no Rio Grande do Sul da Primeira República. *Estudios Históricos*, Año IX, n. 18, p. 1-34, Jul.-Dic. 2017.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidades das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

SILVA, Edson. *Modernização, sanitário e cotidiano (Jacobina – BA, 1955-1959)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Campina Grande, PB, Campina Grande, 2015.

SOUZA, Fabiano Badú de. *Modernidade à conta gotas: por uma história do abastecimento de água em Campina Grande – PB (1950-1958)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Campina Grande, PB, Campina Grande, 2013.

TEDESCHI, Denise Maria Ribeiro. *Águas urbanas: as formas de apropriação das águas em Mariana/MG (1745-1798)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual de Campinas, SP, Campinas, 2011.

VILLA, Marco Antonio. *Vida e morte no sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. SP: Ática, 2000.

Nota de autoria

Fabiano Quadros Rückert é Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Tem Licenciatura Plena e Mestrado em História também pela UNISINOS, tendo realizado intercâmbio na Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires e na Universidad de Jaén – España. É Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal. Desenvolve pesquisas no campo da História Urbana e da História Ambiental. E-mail: fabiano.ruckert@ufms.br.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

RÜCKERT, Fabiano Quadros. O abastecimento de água no Brasil: uma prospecção bibliográfica no âmbito da historiografia. *Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 43, p. 280-295, 2020.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Pesquisa realizada com auxílio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 06/07/2020.

Modificações solicitadas em 17/09/2020.

Aprovado em 15/10/2020.

